

Aos dois dias do mês de dezembro de 2024, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os membros da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência, utilizando-se da plataforma *Teams*. **Conselheiros presentes:** Adailson de Oliveira Santos – Secretaria de Estado de Saúde (SES); Patrícia Sena Coelho Cajueiro – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento – Instituto Estadual de Florestas (IEF); Eric Alves Machado – Prefeitura de Contagem; Luiz Cláudio Castro Figueiredo – Vale S.A; Cecília Rute de Andrade Silva – Conviverde; Rodrigo Silva Lemos – Instituto Guaicuy. **Convidados presentes:** Dimas Correa da Silva, Flávia Danielle de Souza Mendes, Frederico Figueiredo Henrique – Agência Peixe Vivo (APV); Tobias Vieira – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/ Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia; Gisele Kimura – Hidrovia Hidrogeologia e Meio Ambiente/ EIMCAL – Indústria de Mineração Calcária Ltda; Lucas Pereira Passos, Carmen Eliza A. de Oliveira Malta, Gabriela Bragança Jácome Queiroz – Indústria de Mineração Calcária Ltda (EIMCAL); Rogério Tavares, Leonardo Ribeiro – Equipe de Mobilização CBH Rio das Velhas/ Tanto Expresso; João Alves – Assessoria de Comunicação CBH Velhas/ Tanto Expresso; Kênia Janete Guerra, Juliana Sales Martins, Vanessa da Silva Souza – Anglogold Ashanti; Fernando Madeira – Subcomitê dos Ribeirões Caeté/ Sabará.. **Pauta: Item 1. Abertura, verificação de quórum, recepção dos conselheiros e aprovação da ata da reunião do dia 14 de outubro de 2024; Item 2. Apresentação anual das condicionantes previstas da empresa EIMCAL – Indústria de Mineração Calcária Ltda; Item 3. Apresentação anual das condicionantes da empresa Anglogold Ashanti – Mina de Cuiabá; Item 4. Proposta de calendário para o ano de 2025; Item 5. Assuntos gerais e encerramento. Item 1.** Eric Machado inicia a reunião saudando a presença de todos e passa a palavra para Tobias Vieira, que agradece ao coordenador da Câmara Técnica pela oportunidade. Tobias explica que está coordenando um Grupo de Trabalho (GT) criado no CBH São Francisco (CBHSF) que pretende lidar com a problemática da inadimplência dos recursos da Cobrança em toda a bacia hidrográfica. Esse GT já identificou uma porcentagem de inadimplência relativamente alta, equivalente a um ano de arrecadação do comitê federal, e acrescenta que muitos desses empreendimentos inadimplentes são usuários de grande porte, onde dez usuários são responsáveis por praticamente 80% do montante. Sabendo disso, o GT foi criado com o intuito de buscar soluções para a inadimplência e dialogar com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para compreender quais são os caminhos possíveis. Houve o entendimento de ser necessário provocar os comitês afluentes, uma vez que é um tema que vem afetando a estes também. Em diálogo com a ANA, foi possível observar que, em primeiro lugar, mesmos estando inadimplentes, os usuários tiveram suas outorgas renovadas nos últimos anos. Assim, discutiu-se um mecanismo para que aqueles que se encontram em tal condição não tenham sua outorga renovada, não de maneira a impedi-lo a fazer o processo de renovação de outorga, mas sim da necessidade de apresentar um documento atestando adimplência. Em segundo, é entendido que a cobrança é de caráter obrigatório e naturalmente, o usuário inadimplente vai ser colocado pelo Governo no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Tobias afirma que, quando a ANA deixa de cobrar o pagamento pelo uso dos recursos hídricos, o órgão está cometendo um crime de responsabilidade, visto que ela foge de sua obrigação de receber uma quantia cujo pagamento é obrigatório para os usuários. Ele explica que, quando a ANA não acha outros caminhos, como cobranças através do Ministério Público ou outros processos administrativos, pode-se configurar um crime de responsabilidade. Dessa maneira, o Comitê sugere que os nomes e CNPJs dos inadimplentes sejam repassados para que o próprio comitê possa interceder com esses atores. Se mesmo em tal caso o usuário se manter inerte, essa informação seria repassada ao

13

45 Ministério Público Federal. Ele ainda revela que essa proposta surgiu da própria promotoria do MPF,
46 que alegou, ao fazer uma FPI (Fiscalização Preventiva Integrada) em uma determinada região do Baixo
47 São Francisco, foram solicitados os comprovantes de pagamento desses valores de cobrança e os
48 usuários que previamente não haviam feito o pagamento quitaram suas dívidas, mediante a prévia
49 solicitação de comprovante pelo Ministério Público. O coordenador do GT entende que esse pode ser
50 um dos caminhos possíveis para incentivar o pagamento sem prejudicar a captação, principalmente
51 para abastecimento humano. Outra reivindicação feita pelo GT é de as portarias de outorga
52 explicitarem a obrigatoriedade do pagamento pelo uso dos recursos hídricos, já que muitos usuários
53 inadimplentes não sabem da mera existência da cobrança e, por isso, não pagam. A ideia do GT,
54 portanto, é de que o órgão ambiental passe a relação dos inadimplentes para o Comitê ou para o
55 Ministério Público para que tais agentes cobrem, a partir da solicitação de um atestado de nada consta
56 – similar a uma certidão negativa de débito – no âmbito do processo de renovação de outorga. Por fim,
57 Tobias deixa claro que as ideias apresentadas não são regras a serem aplicadas, mas sim provocações
58 para o Comitê, e se coloca à disposição. Dimas Correa diz que a campanha anual de comunicação de
59 2024 do CBH Rio das Velhas teve como foco a Cobrança, visto que a inadimplência tanto neste quanto
60 nos demais comitês de Minas Gerais em geral é alta. Ele expõe que o Comitê tem buscado não só por
61 essa campanha, mas por outras ações, solucionar tal situação e compartilha que, em Minas Gerais,
62 houve uma mudança na forma de emissão dos boletos: enquanto antes, o usuário recebia o boleto em
63 seu endereço, similar à forma que se recebe uma conta de água ou luz; já hoje em dia, o usuário deve
64 acessar um site para emitir seu próprio boleto. Além disso, explica que já houve tentativas do Comitê
65 para com o órgão gestor (que, em Minas Gerais, trata-se do Instituto Mineiro de Gestão das Águas –
66 Igam) de obter a lista de inadimplentes, porém, todas falhas, com a justificativa de que a Lei Geral de
67 Proteção de Dados Pessoais (LGPD) proíbe compartilhamento dessas informações. Em relação a edição
68 de outorga proposta por Tobias, em que seria necessário para a renovação da outorga a apresentação
69 de uma certidão negativa de débito, Dimas revela que o CBH Rio das Velhas já tem adotado tal
70 procedimento como orientação na Gerência de Projetos da Agência Peixe Vivo: um dos critérios de
71 maior peso nos chamamentos públicos de projetos realizados pelo Comitê é a adimplência, que deve
72 ser comprovada por meio de documentação. Kênia Guerra, representante da AngloGold Ashanti,
73 considera as falas de Tobias de extrema importância e entende que o Igam poderia informar sobre a
74 cobrança para a vazão solicitada já no momento da emissão da outorga, dentro do contexto da
75 legislação vigente no momento. Eric agradece a Tobias por sua fala e compartilha sua experiência como
76 integrante da área de fiscalização na Prefeitura de Contagem, considerando que a maior dificuldade
77 para a área é ser didático. Por isso, o primeiro questionamento dele se refere à possibilidade de ser
78 mais claro em relação à cobrança. Em segundo lugar, Eric compreende que, após a efetivação de uma
79 cobrança mais didática, existem mais duas medidas a serem tomadas: uma mobilização maior e mais
80 bem pensada e, por último, uma cobrança mais pesada. Tobias concorda com Eric e ressalta a
81 importância das ações de divulgação e, portanto, da comunicação em um Comitê. Luiz Cláudio
82 Figueiredo, representante da Vale S.A, expressa a importância da discussão e contribui colocando um
83 artigo de uma portaria de outorga recente do Igam, de 2024, sobre o pagamento da cobrança pelo uso
84 de recursos hídricos e penas aplicadas em caso de seu não cumprimento. Outro ponto trazido pelo
85 conselheiro é uma medida aplicada no CBH Rio Doce, que impõe aos usuários que não estão em dia
86 com a Cobrança não poderem acessar os recursos provenientes. Dando continuidade à reunião, é
87 atestado o quórum e a ata da reunião do dia 14 de outubro é aprovada sem demais manifestações.
88 **Item 2.** Gisele Kimura apresenta os dados de monitoramento da outorga de rebaixamento das Minas

14

15

16

17

18

22

89 Taquaril e Pedra Bonita, visando cumprir as condicionantes das portarias de outorga 02036 e
90 02037/2016, que determina “apresentar ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, por meio
91 de reuniões presenciais, com periodicidade anual, os dados de monitoramento de poços e vazões nos
92 cursos d’água, em datas previamente acordadas com o respectivo Comitê”. O objetivo geral é avaliar
93 potenciais interferências causadas pela execução do rebaixamento e os dados apresentados vão de
94 2010 até outubro de 2024. Gisele, faz as seguintes observações: o bombeamento da EIMCAL foi
95 iniciado em abril de 2017 e o monitoramento em 2010, sendo assim, houve período de coleta de dados
96 previo ao rebaixamento ao período de referência, com o intuito de conhecer o comportamento do
97 nível d’água e das vazões. Desde então, algumas atividades que têm sido realizadas de forma frequente
98 são: monitoramento piezométrico com periodicidade semanal, assim como as vazões de
99 bombeamento do sump e de poços; monitoramento das réguas linimétricas também com frequência
100 semanal e monitoramento das vazões com periodicidade quinzenal. Gisele deixa claro que as
101 manutenções necessárias sempre são observadas pelos agentes em campo e prontamente notificadas
102 e realizadas, de forma a manter os instrumentos de monitoramento em condições adequadas, o que
103 assegura a confiabilidade nos dados. Logo depois, a hidrogeóloga ressalta que, entre 2012 e 2018,
104 houve um menor índice de precipitação em relação à média histórica plurianual dos anos anteriores, o
105 que se refletiu em uma tendência gradual de diminuição das cotas dos níveis d’água. Em seguida, são
106 apresentadas as médias pluviométricas das três estações de monitoramento: Pedro Leopoldo (1941 a
107 2022) – 1223mm; Sete Lagoas (1961 a 2016) – 1300mm; Pluviômetro EIMCAL – 400mm. Gisele,
108 continuamente, apresenta o sistema de desaguamento, composto por sumps, e um mapa que
109 auxilia a localização das bombas. A partir delas, a água é aduzida e direcionada ao Ribeirão Forquilha.
110 Sobre os dados de captação de água dos sumps, é possível observar que quase todas as captações, de
111 abril de 2017 a outubro de 2024, estão dentro do volume outorgado, com exceção dos meses de
112 chuva, em que o volume total excedeu levemente a outorga. Por meio da leitura dos níveis d’água
113 subterrânea, percebe-se que, a partir do rebaixamento, houve uma elevação das cotas dos níveis
114 d’água em função das chuvas maiores em alguns pontos, mas que, por outro lado, observou-se três
115 instrumentos em que é possível correlacionar uma descensão dos níveis d’água relacionados ao início
116 do rebaixamento. Dos três piezômetros em que a descensão foi observada, em dois os níveis d’água se
117 recuperaram posteriormente devido aos períodos de chuva. Já em relação às cotas das réguas
118 milimétricas, não é observada uma variação decendente que poderia indicar algum impacto do
119 rebaixamento. Em relação às vazões, as mudanças observadas são apenas decorrentes de variações
120 sazonais. Gisele conclui, dessa forma, que, com relação ao rebaixamento, observou-se efeito nos
121 dispositivos PZ-07, PZ-05A e PZ-03, próximos à cava Pedra Bonita e que os dados levantados até o
122 momento não indicam impactos decorrentes do início do desaguamento na cava nos cursos d’água
123 superficiais no entorno do empreendimento. Em seguida, Eric questiona se há uma frequência maior
124 de monitoramento a partir de dezembro, quando o período chuvoso se intensifica, e Gisele responde
125 que não se verificou necessidade de intensificar a periodicidade dos monitoramentos nos meses mais
126 chuvosos, uma vez que eles já ocorrem manualmente em uma frequência adequada durante todo o
127 ano. A única forma de aumentar tal frequência seria a partir da instalação de equipamentos eletrônicos
128 de medição, porém, tal alternativa possui dificuldades como roubos, danos, problemas de manutenção
129 etc. Cecília Rute, pergunta sobre como tem sido a relação da empresa com a comunidade do Araçás,
130 para qual Gisele responde que houve a intensificação das ações junto à comunidade. Lucas Pereira
131 Passos, explica que o Plano de Educação Ambiental da EIMCAL se encontra em reelaboração, porém,
132 em 2024, foram realizadas algumas atividades com as comunidades de Araçás e Campo de Santana,

23

24

25

26

27

31

133 incluindo o diagnóstico socio participativo (DSP). Dimas aproveita a discussão para compartilhar que o
134 empreendimento se encontra na divisa entre as UTE's as duas bacias em que o empreendimento se
135 encontra na divisa entre as UTE's do Ribeirão Jequitibá e Ribeirão da Mata, e considera interessante
136 uma aproximação da empresa os subcomitês delas. Tal sugestão é aceita e os representantes da
137 empresa farão contato com os mobilizadores locais. **Item 3.** Juliana Sales Martins inicia sua
138 apresentação agradecendo a oportunidade, e explica que as informações são relativas às
139 condicionantes das portarias de outorga nº 1101790, nº 1107170/2021, nº 1107168/2021 e nº
140 1107169/2021, que incidem sobre a Mina Cuiabá, localizada no município de Sabará. Juliana
141 rememora os conselheiros sobre o contexto geral, apontando os processos de outorga envolvidos, suas
142 finalidades e as condicionantes que indicam a apresentação dos dados de monitoramento. Em seguida,
143 Kênia Guerra indica primeiramente, a localização dos pontos de monitoramento, sendo um a montante
144 da barragem; um a montante de lançamento do efluente e dois a jusante. Ela analisa primeiro os dados
145 do monitoramento de qualidade da água a montante da barragem, que não possui nenhum tipo de
146 influência. Pode-se observar o arsênio com algumas alterações, mas não acima do limite; uma única
147 incidência de cobre em 2021; e crômio e cor dentro dos limites legais em todas as datas. Já os gráficos
148 que indicam ferro e manganês possuem valores acima do limite, porém, Kênia explica que na região do
149 Quadrilátero Ferrífero, estudos demonstram que há uma maior incidência de tais minerais de forma
150 natural. Dando continuidade, a gerente informa que todos os níveis de nitrato e pH estão dentro do
151 limite legal e não há limites legais para óleos e graxas. Sobre oxigênio dissolvido, há vários pontos que
152 não atendem aos limites, mas relembra que o ponto de monitoramento é externo à área do
153 empreendimento. Em seguida, mostra que os níveis de sulfato, sólidos totais dissolvidos, sólidos totais
154 em suspensão, zinco total e turbidez também estão dentro dos limites legais. Assim, Kênia passa para o
155 ponto de lançamento de efluente, em que é observado um único desvio pontual em agosto de 2023,
156 ao qual atesta que não houve impacto e que os limites foram respeitados tanto a montante quanto a
157 jusante. Dando prosseguimento, são informados os dados de ferro solúvel: o efluente atende
158 totalmente aos limites legais, enquanto a montante e a jusante foram observados vários desvios –
159 Kênia reitera que o ferro se apresenta naturalmente acima do limite legal na região do Quadrilátero
160 Ferrífero. Já a DBO possui muita variação a montante e poucos desvios, sendo nenhum deles nos anos
161 de 2023 e 2024. Como os valores de desvios a montante são superiores aos desvios a jusante, indica-se
162 que os desvios ocorrem por influência externa ao empreendimento. Em seguida, Kênia indica
163 novamente limites acima do permitido referentes à manganês solúvel devido à geologia local. O
164 próximo indicador, de nitrato, não possui limites legais para efluente, porém se atesta que o
165 empreendimento não está impactando na qualidade do ribeirão a partir da observação da ausência de
166 desvios a montante e a jusante e o atendimento total aos limites estabelecidos. Da mesma forma, não
167 existe limites legais para oxigênio dissolvido em efluente. Observam-se alguns desvios a montante e a
168 jusante, porém relacionados a atividades externas ao empreendimento. Sobre óleos e graxas, o
169 efluente está em atendimento total e não há limite legal definido para a classe 2 a montante e a
170 jusante. O pH está em atendimento total no efluente, a montante e a jusante, assim como os níveis de
171 zinco; o sulfato não possui limites legais para efluente e está em total atendimento a montante e a
172 jusante, assim como os sólidos totais. Por fim, Kênia apresenta o gráfico de vazão residual da barragem,
173 em que é possível observar que a média mensal está acima do limite mínimo permitido em todos os
174 meses, exceto em um único evento em 2022, decorrente de uma limpeza na calha que culminou no
175 lançamento em outro ponto. Terminados os dados de monitoramento de qualidade e vazão, Juliana
176 Sales esclarece que há uma condicionante que solicita à empresa apresentar ao comitê, anualmente, o

32

33

34

35

36

40

177 relatório de auditoria de estabilidade da barragem Cuiabá. Vanessa Souza relembra que a barragem de
178 contenção de rejeitos Cuiabá é uma barragem em descaracterização desde 2022. A Declaração de
179 Condições de Estabilidade (DCE), é emitida semestralmente e deve ser realizada por uma empresa
180 independente. No caso da barragem de Cuiabá, o DCE foi redigido pela empresa Tellus em setembro de
181 2024, atestando a estabilidade da estrutura diante do órgão responsável. Além do DCE e a anotação de
182 responsabilidade técnica (ART), foi feita auditoria junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam)
183 no mês de agosto, em que também foi atestada a estabilidade da estrutura. A declaração da condição
184 de estabilidade da barragem foi entregue tanto à Agência Nacional de Mineração (ANM), quando à
185 Feam. Por fim, a geotécnica comenta que a AngloGold possui trabalhadores à frente das estruturas
186 geotécnicas que estão sempre disponíveis para retirar dúvidas ou realizar esclarecimentos, além de um
187 centro de monitoramento geotécnico que funciona 24 horas por dia em todas as estruturas
188 geotécnicas da empresa. Cecília Rute retira dúvidas com Kênia sobre os indicadores de arsênio e, em
189 diálogo com o grupo, Eric propõe o envio de um ofício solicitando manifestação à Copasa sobre os
190 indicadores de DBO no Ribeirão Sabará, resultantes de lançamento de efluentes domésticos no corpo
191 d'água. **Item 4.** Dimas rememora aos conselheiros que, no final de todos os anos, por determinação do
192 órgão gestor, é necessário que o Comitê aprove por deliberação o calendário para o ano seguinte.
193 Nesse contexto, ele apresenta uma proposta de calendário para 2025, com as reuniões ordinárias da
194 corrente Câmara Técnica marcadas para os dias 14/04, 05/05, 06/10, 27/10 e 01/12, reiterando que as
195 datas podem passar por ajustes. A proposta é aprovada pelos conselheiros sem demais comentários.
196 **Item 5.** Dimas informa que, em diálogo com Luiz Cláudio, foi combinada uma visita técnica da CTOC na
197 ECJ de Macacos, que já foi descaracterizada, e a possibilidade de realizar a visita nos primeiros meses
198 de 2025 está sendo analisada. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a coordenação da CTOC
199 atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para possibilitar a participação de
200 todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada na
201 reunião do dia 31 de janeiro de 2025. **Encaminhamentos:** enviar ofício à Copasa solicitando
202 esclarecimentos sobre os altos índices de DBO.

Eric Alves Machado
Coordenador da CTOC

41

42

43

44

45